

Crônica de uma recessão anunciada

PAULO RABELLO DE CASTRO

O Governo acaba de reiterar o aviso de que levará o processo recessivo às últimas consequências, caso os empresários insistam em tentar preservar suas margens de lucro repassando para os preços, integralmente, a elevação dos custos salariais e de matérias-primas. O discurso oficial acirra os ânimos já exaltados dos empresários, premidos no fogo cruzado entre a alta dos custos financeiros (juros reais acima de 100% ao ano), a maior carga tributária do Mundo, câmbio inadequado, excesso de burocracia e, principalmente, uma paralisante incerteza quanto ao futuro da política econômica.

Desde os seus primeiros movimentos, a atual equipe econômica tem se colocado em posição beligerante em relação a setores da sociedade civil: empresários, trabalhadores, funcionários públicos e poupadões. Aos primeiros, tem reservado o discurso mais duro, alegando que nossos empresários não sabem competir, preferindo sempre agir pela trama dos oligopólios ao invés de buscar a redução dos custos pelo aumento da qualidade. Aos trabalhadores, o Governo tem dirigido a crítica por sua suposta impaciência quando tentam recompor o poder de compra de seus salários pela indexação dos mesmos à inflação corrente, insensíveis ao fato de que os reajustes salariais seriam realimentadores da alta dos preços. Aos funcionários públicos reservou-se a pecha de ociosos ou marajás, como se todos pudessem ser avaliados pela situação de alguns. Finalmente, aos poupadões, em cujo grupo se poderia incluir os credores externos do Brasil, foi-lhes destinado o confisco de rendimentos, sob a alegação de já terem ganho demais em períodos anteriores.

A bateria de críticas do Governo foi tão forte que cada uma das parcelas da sociedade atingida pelo enquadramento do discurso oficial curvou-se, entre culposa e resignada, aos designios de um plano de salvação nacional que, por conter a fórmula certeira e infalível do combate à inflação, seria incontestável e "imexível".

Passados, agora, quase oito meses de uma experiência originalíssima em termos de política econômica e de administração pública, conviria melhor para todos nós — sociedade e Governo — desarmar nossos espíritos para uma reflexão menos emocionada e menos beligerante, para planejar com mais eficiência os passos seguintes diante das dificuldades que o próximo ano nos reserva, tanto pela possibilidade de guerra no Golfo, como pela perspectiva de retração do comércio mundial.

Se o Governo sair de sua atual posição olímpica, como se estivesse sempre acima do bem e do mal, o diálogo com os empresários e trabalhadores ficará mais fácil. Não adianta nada replicar à resistência empresarial com a ameaça de recessão. Pelo contrário. Trata-se de um equívoco palmar de condução da política econômica anunciar o sacrifício que está pela frente. O reflexo é imediato: aumenta o risco empresarial pelo simples aviso do Governo; com isso, as firmas se retraem, atrasam planos de investimentos e suspendem ordens de compra; os bancos param de emprestar, atentos à elevação do ris-

co de inadimplemento, mesmo de seus melhores clientes; os trabalhadores são despedidos; os miseráveis, que vivem na franja da economia de mercado, passam a sofrer até da escassez de migalhas.

Todo esse processo é detonado, note-se bem, sem qualquer reflexo positivo sobre o índice de inflação, pois a oferta de mercadorias se contrai mais rapidamente do que a própria queda do poder aquisitivo dos consumidores! Ao invés de propiciar uma "recessão de ajustamento" que seria, assim, mera e inevitável sequela da mudança necessária na localização de certos fatores econômicos (ex.: ênfase nos produtos agrícolas e exportáveis), o efeito provocado é de uma "recessão por achatamento", onde não existe a saudável migração de mão-de-obra e capital dos setores menos rentáveis para os mais rentáveis.

No seu ânimo contundente e inflexível, o Governo deixa de perceber seus próprios erros e passa a cobrar exclusivamente da economia produtiva o entendimento e aceitação dos sacrifícios que lhe são impostos. O sucesso não passa por esse caminho. Ameaças, cumpridas ou não, são contraproducentes. Aumentam o risco da produção e das operações financeiras, contaminando os empresários de desânimo. Ninguém, em sã consciência, quer resistir aos propósitos modernizadores do Governo, como a abertura ao exterior, a privatização, a qualidade industrial, a desregulamentação.

Tais propósitos devem estar ancorados, contudo, numa filosofia de diálogo e de reavaliação contínua do programa de trabalho. A força, não chegaremos a lugar algum.

Talvez conviesse rediscutir todas as questões desde o início, para começar de novo, com mais ânimo e menos beligerância. Exemplo: tudo indica que o confisco da poupança revelou-se um erro. Precisa ser rediscutido para não ficar a impressão — aliás corrente — de que tais recursos não serão devolvidos, o que afeta muito negativamente a propensão a poupar da população — fator essencial às novas inversões e no combate à inflação. Sem isso, qual é o significado da política de juros altos senão sufocar as empresas e privilegiar os aplicadores de curto prazo?

Outro exemplo: se é objetivo que os preços não sofram repasses de custos tão intensos, é obrigatório rever-se a legislação tributária. O empresário que paga tributos e contribuições sociais está massacrado. O sistema tributário brasileiro pune a quem paga, sendo escassamente fiscalizador dos que evitam os impostos. As alíquotas dos tributos e contribuições precisam baixar.

Por último, é oportuno que o Brasil reflita sobre o que está acontecendo com o ritmo dos seus investimentos. Sabemos por que as estatais investem pouco: estão quebradas, em sua grande maioria. Por que não investem mais os empresários privados? E por que relutam em vir para nosso país os capitais estrangeiros, igualmente necessários ao nosso desenvolvimento?

Definitivamente, a condução dos negócios no Brasil ainda é uma tarefa excessivamente arriscada. A razão está, primordialmente, nas alterações de rumo, nas súbitas mudanças de curso e até de filosofia econômica, das equipes de governo. Hoje, estamos na "filosofia" da recessão, verdadeira Medida Provisória sem número, baixada sem audiência ao Congresso. Amanhã, viraremos "desenvolvimentistas" de novo. E a prudência, para onde foi?